

ATÉ O FECHAMENTO DESTE BOLETIM (19:30 h), NÃO HAVIA TERMINADO A REUNIÃO DAS ENTIDADES COM O CRUESP, EM SÃO PAULO. NOSSA AGENDA DE HOJE É TODA DEDICADA À ANÁLISE E DISCUSSÃO DO ENCAMINHAMENTO DAS NEGOCIAÇÕES E/OU CONTRA-PROPOSTA DOS REITORES.

NESTE BOLETIM, A ADUNICAMP EXPLICA PORQUE E COMO É POSSÍVEL CONCEDER UM REAJUSTE SUPERIOR AOS 8% SOBRE A TABELA DA URV CONCEDIDOS PELO CRUESP. VEJA OS NÚMEROS QUE SUSTENTAM NOSSA REIVINDICAÇÃO.

**Reunião do CR ampliado
Às 8:30 h - Local: Sede da Adunicamp**

**Reuniões Setoriais nas Unidades
A partir das 10:00 h**

**Assembléia Geral
Hoje - 17/05 - 3a feira
Às 14:00 h - Local: APEU I**

Atenção para as contas

O ano passado, quando as planilhas de junho apresentavam comprometimento de 92,06, foi terminado com comprometimento médio acumulado de 85% (apesar das férias coletivas da USP, sem as quais o comprometimento desceria a 83%).

Se se comprometer em junho/94, após a data-base, o mesmo que em junho/93, ou seja 92,06% (tabela de fechamento de 1993 datada de 19/01/94 - Assessoria de Planejamento Orçamentário - APO - UNICAMP) teremos o seguinte:

O ICMS previsto para ser arrecadado em junho é 1,406 trilhões (tabela APO, 04/05/94). Estas previsões são via de regra subestimações, especialmente com crescimento econômico; um valor mais razoável (e conforme a experiência, deve ser maior ainda) é 1,49 tri. Para as universidades vem 9%, o que resulta em 134 bi.

$$134 \text{ bi} \times 0,9206 \text{ (de comprometimento)} = 123,4 \text{ bi de salários em junho}$$

$$\frac{123,4}{70,142} = 1,7587$$

[70,142 bi foi a folha de pagamento das três universidades em maio/94 (tabela APO - 04/05/94)]

Portanto, comprometer 92,06% em junho, gastando assim 123,4 bilhões, significa dar aumento de 75,87% em cruzeiros reais.

Destes, 44,32% é variação estimada da URV até o quarto dia de junho/94. Então

$$\frac{1,7587}{1,4432} = 1,2186$$

Os reitores, comprometendo o mesmo que em junho/93, podem dar um reajuste de 21,86%, em URV. Levando em conta que o comprometimento real de 1993 foi baixo (83%), e que o ICMS aponta para crescimento superior ao de 93, o aumento poderia ser ainda maior.

Chega de alarmismos

Ou de como é possível um reajuste digno

Os reitores vêm argumentando que a proposta de reajuste salarial do CRUESP - 55,87% sobre o salário de abril em cruzeiros reais - esgota a disponibilidade de recursos das Universidades. Entretanto, uma análise serena dos fatos, a partir de estimativas conservadoras de evolução dos tributos, mostra que não há fundamentos na argumentação.

A tabela abaixo contém estimativas de variação do ICMS e estimativas de evolução dos índices de participação dos salários nas transferências de ICMS para as Universidades, supondo-se um reajuste do salário nominal (em cruzeiros reais) de 80% - e não 55,87% - na data-base (salário de maio, a ser pago em junho).

Mês	ICMS líquido total *	Crescimento mensal do ICMS em %	ICMS transferido para as universidades (9%) *	Folha salarial *	Crescimento mensal da folha salarial	Folha salarial / ICMS transferido (no mês)	Folha salarial / ICMS transferido (acumulado)
01-jan-94	250299		22527	17771		78,9%	78,9%
01-fev-94	271500	8%	24435	24172	36%	98,9%	89,3%
01-mar-94	518684	91%	46682	35586	47%	76,2%	82,8%
01-abr-94	711491	37%	64034	47794	34%	74,6%	79,5%
01-mai-94	1031662	45%	92850	70142	47%	75,5%	78,0%
01-jun-94	1485593	44%	133703	126256	80%	94,4%	83,7%
01-jul-94	2005551	35%	180500	167920	33%	93,0%	86,7%
01-ago-94	2165995	8%	194940	167920	0%	86,1%	86,6%
01-set-94	2165995	0%	194940	167920	0%	86,1%	86,5%
01-out-94	2187655	1%	196889	167920	0%	85,3%	86,3%
01-nov-94	2231408	2%	200827	167920	0%	83,6%	85,9%
01-dez-94	2276036	2%	204843	167920	0%	82,0%	85,4%

* Nota: Valores em Cruzeiros Reais X 10⁶

As hipóteses adotadas na elaboração da tabela foram:

1. Inflação zero a partir da implantação do real.
2. Variação do ICMS de 45% e 44% nos meses de maio e junho, respectivamente (abaixo da inflação já estimada).
3. Variação de 35% do ICMS (crescimento nominal em cruzeiros reais) de junho para julho, devido ao impacto negativo imediato da transição de moeda sobre os tributos.
4. Crescimento positivo do ICMS de 8% em agosto, devido aos efeitos positivos mediatamente ocasionados pela estabilização de preços. Pequeno crescimento do ICMS no último trimestre.
5. Variação nominal da folha de pagamentos na data-base de 80%.
6. Crescimento nominal (em cruzeiros reais) da folha salarial do mês de julho (salários do mês de junho) de 33%, devido ao efeito da reforma monetária: haverá apenas 22 dias de correção da URV entre o dia do pagamento da folha salarial de junho e a extinção da URV, em 30 de junho.

Como se pode perceber, o índice acumulado de participação dos salários nas transferências de ICMS convergiria para 85,4%, muito próximo do índice de 85% historicamente admitido pelas Reitorias como adequado.

Vale a pena ressaltar que as hipóteses de evolução do ICMS são francamente conservadoras. A estabilização dos preços, ainda que temporária, sempre produziu um efeito altamente positivo sobre os tributos. Além disto, ocorre um crescimento natural do nível de atividade industrial (e da arrecadação) no último trimestre do ano.

Em anos anteriores, a elevada participação dos salários nas transferências de ICMS nos meses de junho e julho não tem impedido uma evolução satisfatória da relação salários/ICMS até o final do ano. A tabela abaixo compara os índices (no mês e acumulado) de participação dos salários nas transferências de ICMS em junho e dezembro nos anos de 1992, 1993 e 1994.

Participação das folhas salariais nas transferências de ICMS 1992, 1993 e 1994				
	No mês		Acumulado	
	junho	dezembro	junho	dezembro
1992	93,28%	83,39%	88,07%	86,44%
1993	92,06%	85,50%	86,6%	85,04%
1994 *	94,4%	82,0%	83,7%	85,4%

* Com o reajuste de 80% sobre os valores em cruzeiros reais na data-base

Conclusão:

Tudo indica que o alarmismo em relação à situação financeira das Universidades não tem fundamento. Mesmo um reajuste de 80% na data-base (maio) não impedirá a convergência do total acumulado de participação dos salários nas transferências de ICMS em todo o ano de 1994 para 85%, índice atingido também nos dois anos anteriores e historicamente admitido como adequado pelos reitores

Nada impede uma negociação honesta e um reajuste digno.

Lembrete:

Inflação pelo Fipe de junho/93 a junho/94	Reajustes salariais de junho/93 a junho/94 com 55,87%	Crescimento nominal do ICMS de junho/93 a junho/94	Relação entre o crescimento do ICMS e os reajustes salariais	Crescimento real dos salários	Crescimento real do ICMS de jan/94 a maio/94 - Fipe
4489,12%	4512,49%	5171,0%	12,93%	0,51%	5,46%

Aritmética e ilusões

Luis Carlos de Almeida
João Wanderley Geraldi

Em artigo "Os Riscos da Ilusão", publicado na Folha de S. Paulo de 16/05/94, o Reitor da Usp e presidente do Cruesp, Prof. Flávio Fava de Moraes, apresenta uma série de dados sobre a condição financeira das Universidades Estaduais Paulistas e os salários de seus docentes e funcionários, tentando mostrar que as reivindicações salariais das entidades representativas dos diversos segmentos da comunidade universitária, em sua data-base, são reivindicações irresponsáveis e politicamente motivadas.

Afirma o Prof. Fava que o aumento concedido pelo Cruesp de 55,87%, aumento de 8% em relação a URV, representaria um ganho real de 1,68%. Na verdade, a projeção da URV usada em tais cálculos está subestimada em 1,17%, o que rebaixa os 8% para 6,75%. Também a projeção de inflação usada pelo Cruesp para maio é subestimada: enquanto todos os agentes econômicos estão trabalhando com um índice de 46%, o Cruesp está operando com um índice de 45%. Este fato reduz o já insignificante aumento real, em nossa data-base, para 0,67%, podendo desaparecer por completo se a inflação de maio for um pouco superior às estimativas.

Em seu artigo, o Prof. Fava vai um pouco além ao afirmar que o reajuste de 2% acima da variação da URV, concedidos em abril (e que recebemos no início de maio), não foram descontados no reajuste agora "oferecido" pelo Cruesp. A afirmação é, no mínimo, equivocada, pois o cálculo de reajuste necessário em maio de 1994 para recuperar o salário de maio de 1993 considerou todos os reajustes contidos no período, inclusive no

seu próprio índice de 8% em relação a URV.

Discordamos que nossa perda salarial, no período, foi pequena! O poder aquisitivo de nossos salários está cada vez menor, mesmo quando comparamos com períodos não tão distantes na história das universidades. Lembremos jan/89 (início da autonomia) e adotemos os índices de inflação do Dieese (mais confiáveis para os trabalhadores) e verificaremos que o poder aquisitivo em maio/94, com o reajuste proposto (55,87%), deverá ser da ordem de 53,7% do que foi naquela data. O Prof. Fava reconhece uma diferença de 11,3% entre os salários reais de maio/94 e jan/89, embora omita que está utilizando os índices da Fipe. Se considerasse os índices do Dieese, a diferença seria de 86,15%...

Em meio a enormes dificuldades financeiras, diz o Prof. Fava que a política salarial vem mantendo nosso salário real. Real em que sentido? Duas considerações se fazem necessárias. Primeiro, o próprio Prof. Fava reconhece, com os índices da Fipe, uma perda de 11,3% desde a autonomia das universidades. Seria a manutenção de um salário real porque já nos habituamos a esta perda? Em segundo lugar, desde 1991 até a presente data as universidades vem, mês a mês, diminuindo seu comprometimento do ICMS com a folha de pagamentos e encargos sociais, chegando em maio/94 ao comprometimento médio acumulado de 78,39%. Fazendo uso de uma planilha em URV, afirma que o comprometimento em março/94 foi de 100,74% do repasse mensal. Esquece por completo (ou não foi devidamente informado) que na reunião das Co-

missões Técnicas ficou demonstrada que a planilha em URV continha erros de conversão e, da forma como elaborada, somava unidades diferentes, ou em linguagem popular, somava abobrinha com melancia. Usando planilha elaborada de forma tradicional, tal como se vem fazendo desde 1992, o comprometimento médio das três universidades no mês de março/94 foi de apenas 69,03%!

Há um acordo informal, sempre presente nas reuniões de negociações, entre o Cruesp e nossas entidades, de um comprometimento médio em torno de 85% do repasse de ICMS às universidades. Não se trata de uma habilidosa apresentação dos dados que faz crer na viabilidade e exequibilidade das reivindicações salariais apresentadas pelo Fórum das Seis Entidades. Trata-se de definir uma prioridade na data-base, sem subestimar arrecadações, sem mudar as regras do jogo, sem fugir de compromissos assumidos na mesa de negociações. Trata-se de iniciar um processo de reposição de perdas salariais, no momento em que o comprometimento do repasse de ICMS está permitindo, aumentando-se agora este comprometimento para manter a média anual em torno dos 85% do repasse de ICMS.

É difícil acreditar que um reitor bem informado da situação trate as reivindicações das associações e sindicatos da comunidade universitária como politicamente motivados e irresponsáveis. Nós, docentes e funcionários, estamos somente querendo que esta nossa data-base signifique realmente o início de uma política de reposição de perdas passadas.